

Estados da Teoria Literária: memória, identidade, sociedade

Paulo César Oliveira

UERJ/ UNIABEU

Resumo: O artigo investiga o estatuto atual da Teoria Literária, tendo em vista a reflexão crítica em torno de suas conquistas e rumos. Neste sentido, propõe o diálogo entre várias vertentes contemporâneas do pensamento teórico, com ênfase nas correntes que investigam as relações entre memória, identidade, política e globalização. Deste modo, este estudo introdutório das correntes críticas que norteiam o debate crítico visa a compreender o alcance das discussões provocadas pela literatura, em particular, e pelos fenômenos artísticos, em geral.

Palavras-chave: Teoria; literatura; memória; identidade; reflexão.

Abstract: This article investigates the current state of the Literary Theory, based on a critical discussion of its conquests and directions. Therefore, a dialogue with various tendencies in theoretical thinking is proposed here, emphasizing the literary trends that focus on the issues concerning memory, identity, politics and globalization. Thus, this introductory study of the contemporary tendencies will guide the critical debate derived from the discussions promoted by literature, in particular, and by the artistic phenomena, in general.

Key words: Theory; literature; memory; identity; reflection.

1. Estados da disciplina: recensões

O título deste trabalho se pretende provocador. Não apenas no sentido da provocação a outrem, ou a instituições, embora este sentido já esteja na base de qualquer estímulo provocativo, mas provocação também no sentido de trazer a (à) voz. O que se buscará é um viés dialógico em que as discussões da teoria contemporânea possam iluminar uma série de tendências no trato com a questão literária, em especial, no caso brasileiro. O panorama crítico das últimas décadas nos autoriza a pensar a Teoria Literária sob um viés mais político e o elenco de obras e autores evocados nesta reflexão comprovará tal afirmação. Caso se possa reconhecer pontos de convergência entre os diversos textos críticos e literários que serão discutidos aqui, estes se estabelecerão, certamente, sob alguns aspectos fundamentais. Também o caráter introdutório deste ensaio deve ser destacado, bem como sua incidência em grupos de pensadores voltados à crítica da sociedade, em detrimento de outros, cujos trabalhos enfatizam com mais propriedade o arcabouço estético. Trata-se, assim, do primeiro

artigo de uma série de trabalhos futuros cujo objetivo é o de mapear determinados percursos da Teoria Literária, hoje.

A sempre controvertida discussão entre teoria e literatura certamente é um horizonte essencial. Em um breve panorama da literatura brasileira contemporânea, por exemplo, percebemos uma tendência – observada na amplitude e variedade, tanto de autores quanto de temas – a se convocar a teoria crítica como parceira privilegiada na reflexão acerca das relações entre ficção e sociedade. Dito de modo mais específico, os temas da nação, da identidade, dos processos de globalização, das fronteiras, da migração e imigração, das imensas massas de marginalizados buscando voz e lugar, passando pela problematização da natureza do fazer literário – cujos exemplares nos chegam por meio de narrativas autoreflexivas, nas quais o trabalho com a linguagem se torna o cerne da construção textual – fazem do caleidoscópio ficcional contemporâneo um manancial reflexivo complexo, a desafiar a Teoria e a exigir dela certas “respostas” e posicionamentos. Se a Teoria já está pressuposta nos e pelos textos literários, é por meio destes que iniciaremos nossa reflexão, visando a compreender o panorama das discussões que se configuram, hoje, no cenário teórico, como as mais urgentes.

Em seu recente romance, *O filho da mãe* (2009), Bernardo Carvalho destina sua prosa em trânsito à Tchetchênia em guerra, no ano de 2003. Tomado como objeto de análise, *O filho da mãe* espelha a diversidade de temas e problemas apontados. Nesta pluralidade característica da ficção contemporânea se destaca a diferença ou a dessemelhança como ponto de interseção na multifacetada produção recente, o que, é certo, confirma o caráter plurilinguístico de toda obra literária, bem como confirma ainda a máxima de Mikhail Bakhtin, para quem, no romance, é todo um corpo social que fala através de personagens e vozes narrativas. Configurado, desta forma, o caráter histórico-social-textual da rede narrativa, a análise da ficção conclamará, portanto, os saberes do historiador, conjugados aos reclames discursivo-teóricos e críticos. O que não quer dizer que teóricos da literatura devam se transformar em historiadores e vice-versa. Aponta-se apenas para o fato de que, às demandas do texto literário, correspondem certas *respostas* da Teoria, sem desconhecer que esse embate se dá em um campo minado, de constantes posicionamentos e reposicionamentos de ações interpretativas.

São essas demandas que fazem do trabalho crítico algo sempre instável, a depender dos saberes constituídos pelo texto literário. Como contraponto – sob certo viés – ao modelo de

composição romanesca estabelecido por Carvalho, podemos apontar a obra de Milton Hatoum. Também ela lida com a questão da identidade, da memória, dos deslocamentos, embora, ao contrário de Carvalho, Hatoum fixe raízes na Manaus emblemática de sua narrativa. Se Carvalho passeia com desenvoltura por lugares distantes como a Mongólia, o Japão, a Tchetchênia, para ficarmos em alguns exemplos mais recentes, a prosa de Hatoum se fixa no âmbito da casa familiar para refletir os mesmos processos diaspóricos. Sob o crivo de uma literatura que flerta com o regional, Hatoum não desconhece, entretanto, o caráter fronteiriço e itinerante de seus personagens e da fabulação, o que comprova ser o mundo, em última instância, o espaço geográfico privilegiado de sua prosa. Não por acaso, o personagem central de *Cinzas do Norte* (2004) chama-se Mundo, abreviatura de Raimundo, cujo contraponto será o amigo Lavo, já este atado ao lugar de nascimento e origem, de onde narra, como coadjuvante privilegiado – narrador homodiegético que é – os acontecimentos que presenciou.

Entre esses dois exemplos, destaque-se a gama de autores, temas e obras, que vão da inserção das vozes de marginalizados – na prosa de Ferréz, Marcelo Mirisola, Edyr Augusto, Fernando Bonassi, dentre tantos – e a eclosão de uma multifacetada presença de escritoras na cena atual, bem exemplificadas por Marilene Felinto, Adriana Lisboa, Carola Saavedra, em meio a inúmeras autoras que avultam em nossa cena atual. Podemos ainda citar a prosa extremamente singular de um João Gilberto Noll, a provocar certos lugares pré-estabelecidos, convocando o insólito, a diferença e a discursividade frenética como elementos privilegiados da construção textual. Para dar conta da complexidade que decorre deste calidoscópio de autores, temas e obras, a Teoria precisa estabelecer novas compreensões do que seja o lugar da fala, de quem fala, de como fala. É a essa demanda oriunda da produção ficcional que, por conta da necessidade e urgência de uma *resposta*, requer da Teoria um modo de reflexão agudo e especulativo, o qual nos guiará neste artigo.

Por meio daqueles autores e obras já destacados, reconhecemos a necessidade de falar de uma literatura contemporânea cuja marca é a diferença, o que significa também conclamar uma nova teoria e crítica, produtos dessa urgência em dar conta do fenômeno que se nos apresenta. Conforme bem aponta Shirley de Souza Gomes Carreira, ao tratar da questão da migração/imigração, especialmente na prosa de Milton Hatoum e Ana Miranda, será necessário o uso/criação de termos mais adequados a serem introduzidos no debate crítico, como é o caso da *transculturação*:

O termo 'transculturação' define um modo de integração cultural em que há transformação dos grupos envolvidos, gerando novas configurações identitárias. Esse termo é mais preciso do que "aculturação", uma vez que traz implícita a noção de ultrapassagem da própria cultura e da cultura do outro (CARREIRA, 2009, p. 177).

Ao lado da transculturação emerge e se consolida a questão do hibridismo, sem esquecermos o problema do subalterno, do marginal ou, melhor dizendo, da escolha de determinados narradores e personagens os quais, ao mesmo tempo participantes e distantes do centro da cena histórica em que atuam sem serem protagonistas, no entanto estabelecem para a leitura a ficcionalização do outro, do subalterno como agente da reflexão. Sua compreensão, análise e especulação do mundo circundante representam, portanto, uma visão recortada e fragmentária da história e do real. A observação dos fatos da realidade, desta feita, estruturar-se-á a partir de narradores que estão sob a cena, por detrás do palco dos acontecimentos e que, portanto, veem a história de baixo, estando, por isso, em condições de criticá-la de forma diferenciada. O caráter de subalternidade nessas narrativas é um adjetivo qualificador. Nelas se representa um problema central para a Teoria Literária atual, e diz respeito às formas de representação do outro – repita-se, o subalterno.

O subalterno é um elemento crucial na crítica de Gayatri Chakravorty Spivak e parece nortear suas indagações acerca da interpretação da cultura sob o crivo do marxismo:

Dois sentidos do termo "representação" são agrupados: a representação como "falar por", como ocorre na política, e representação como "re-presentação", como aparece na arte ou na filosofia. Como a teoria é também apenas uma "ação", o teórico não representa (fala por) o oprimido (SPIVAK, 2010, p. 31-32).

Spivak nos mostra que as condições da fala do sujeito subalterno não podem ser pensadas sem uma teoria da ideologia, o que acarretaria a emergência de uma "utopia perigosa" (SPIVAK, 2010, p. 73). A esse respeito, Spivak propõe identificar "toda ignorância sancionada que todo crítico do imperialismo deve mapear" (SPIVAK, 2010, p. 76), daí eleger a questão da mulher subalterna como a mais problemática no contexto da construção contínua do indivíduo subalterno. Mas também é certo que os contextos de produção da fala feminina também influenciam e demandam múltiplas reflexões sobre o caráter de sua subalternidade. Porque foge do escopo de nosso trabalho – o mapeamento da crítica atual –, diremos apenas

que, vista de forma abrangente, ou seja, sem a oposição dicotômica entre a fala feminina e a masculina, a teoria contemporânea vem tentando definir esse “outro” no espaço em branco dos textos. Melhor dizendo, a Teoria se ocupa também do desvelamento do outro inscrito neste espaço em branco como o *eludido da história*. Daí a necessidade, não somente, da escritura, mas também e principalmente da “reescritura”.

Perry Anderson acentua que a modernidade é um corpo de experiências: espaço, tempo, sujeitos, *outros*, possibilidades e perigos (ANDERSON, 1988). Quanto ao papel das teorias literárias, dirá que a maioria “propõe, direta ou obliquamente, algum discurso sobre a sociedade” e “são poucas as teorias sociais que contêm, mesmo indiretamente, um discurso sobre a literatura”. Com isso, conclui a favor de uma teoria crítica, já que “é difícil imaginar uma poética parsoniana; mas é bem fácil distinguir uma sociologia ou uma história dentro do *New Criticism*” (ANDERSON, 2004, p. 145-146). Anderson afirma que um corpo teórico generalizado sobre a literatura viabiliza a construção de um corpo teórico particular sobre a sociedade. Portanto, aponta o materialismo histórico como tipo de reflexão privilegiada, por seu caráter autocrítico. É por isso que, para Anderson, o marxismo será sempre uma metacrítica, já que propõe uma teoria da história a qual, em duplo movimento reflexivo, reivindica fazer uma história da teoria (ANDERSON, 2004, p. 147).

Para o neomarxismo crítico, as afirmações de Anderson parecem fazer todo sentido. Desde o ícone teórico em que se transformou a obra capital de Benedict Anderson, *Imagined communities* (2006), lembrando, em nosso continente, as reflexões de Beatriz Sarlo (1997; 2005; 2006; 2007), sem esquecer a já mencionada Spivak e as seminais contribuições de Edward Said (1979; 1983; 1995; 1996; 2003), procura-se superar a lacuna apontada por Perry Anderson, fazendo a crítica social refletir o literário, lembrando bem de que os efeitos dessa prática comprovam a tese de Anderson, de que o marxismo contém já em seus pressupostos uma teoria da teoria. Vejamos, em alguns casos, como a análise social acompanha as demandas da literatura recente.

2. Mundo e texto: identidades perdidas, identidades recuperadas

Na obra de Beatriz Sarlo, destaca-se a conexão entre tempo presente e tempo passado. Para a pensadora, as relações entre o vivido, o relatado e a experiência denotam a crise da autoridade do passado sobre o presente. À morte do sujeito, bem expressa no estruturalismo, observamos, hoje, a ressurreição do sujeito. O percurso daquela “morte” deverá,

necessariamente, ser revisto, o que leva Sarlo a recuperar a polêmica estabelecida por Paul de Man, em relação ao gênero autobiográfico. De Man problematiza o triângulo semiológico proposto por Philippe Lejeune (o pacto entre autor, o eu do relato e a experiência vivida), mostrando que as autobiografias apenas produzem uma ilusão, sendo “uma estrutura especular em que alguém, que se diz chamar eu, toma-se como objeto. Isso quer dizer que esse eu textual põe em cena um eu ausente, e cobre seu rosto com essa máscara” (SARLO, 2007, p. 31). Os alcances e implicações das reflexões de Sarlo são importantes. Elas dizem respeito, por exemplo, a uma expressiva relativização da narrativa ficcional contemporânea.

Na obra de Milton Hatoum, para ficarmos em um exemplo marcante, a preferência por um narrador homodiegético revela a relativização do testemunho, na qual a visão holística e teleológica cede lugar ao fragmento e à imprecisão. É bem evidente que Sarlo está dialogando com o que chama de “narrativas de testemunho”, as quais se reportam ao relato do passado recente da Argentina, na tentativa de resgatar a memória e a história do que foi obliterado nos difíceis tempos da ditadura militar. Em nosso caso, estamos pensando na ficcionalização do testemunho, vertente importante da produção literária brasileira atual, em que as relações entre história, autobiografia, relato e testemunho são deveras fundamentais. Entretanto, se Sarlo, apoiada em De Man, por um lado, afirma que “a voz da autobiografia é a de um tropo que faz as vezes de um sujeito daquilo que narra, mas sem poder garantir a identidade entre sujeito e tropo” (SARLO, 2007, p. 31), e por outro concorda com Jacques Derrida, o qual mostra ser impossível construir um saber sobre a experiência, já que não sabemos o que é a experiência (SARLO, 2007, p. 32), podemos inferir que as fronteiras entre o relato autobiográfico e o relato ficcional estão inevitavelmente borradas.

Decorre da visão de Sarlo a relação entre o indefinível da experiência e a validade do testemunho. Há uma dimensão coletiva que se desprende do testemunho. Neste sentido, sendo o relato testemunhal produção de uma dimensão coletiva, o caso do relato ficcional – e estamos novamente a pensar na ficção de Hatoum – expressa bem essa experiência coletiva impossível, em que não só o resgate do passado é fragmentado e incerto, mas também o fato histórico de despega da totalidade resultante da crença em uma ideia de verdade para ancorar-se no texto como possibilidade de leitura desconstrutora de toda e qualquer totalidade. Diante disso, o “retorno” do sujeito encena promessas de reconstrução do sentido: “Não há verdade, mas os sujeitos, paradoxalmente, tornaram-se cognoscíveis” (SARLO, 2007, p. 39).

O fato de que “todo ato de discorrer sobre o passado tem uma dimensão anacrônica” (SARLO, 2007, p. 57) determina a impureza do testemunho. Entretanto, contemporaneamente será o testemunho emergente uma das condições da produção de identidades, as quais se observam na ficção, especialmente. Por exemplo, a questão já por nós aludida da subalternidade revela os problemas do “falar por” e do “falar como”, atividades próprias do intelectual, apontando desta forma a necessidade de dar voz, de fazer o subalterno falar. A proliferação, diz Sarlo, das chamadas narrativas não ficcionais nos dão a medida dessa necessidade.

Assim como observamos nas reflexões de Spivak, o problema do intelectual é latente em Sarlo:

Se a autoridade dos intelectuais era legitimada pelo nível do conhecimento que detinham, a autoridade das novas vozes é resultado de um efeito de comunidade ideológica e de representação próxima: paradoxalmente, as vozes mais midiáticas (justamente as vozes que chegam através dos meios de comunicação) produzem a ilusão de haver uma comunidade estreita (SARLO, 2005, p. 205).

Daí que, diferentemente de Spivak, a questão do posicionamento dos intelectuais deve pressupor uma distância média, em que o intelectual não se deixa apanhar nas redes do senso comum, perigo que se materializa quando ele se aproxima por demais do objeto estudado. Sob outro viés, é preciso alertar para o fato de que o extremo distanciamento também pode impedir o reconhecimento da sociedade criticada na fala do intelectual. A defesa de uma “distância média” parece a Sarlo (2005, p. 205) ser a mais correta. Alcançar esse ponto de inflexão, mediano, não é algo a que se chega de forma tranquila. No difícil equilíbrio entre presente e passado, os intelectuais precisam discutir sistematicamente as condições e necessidade de seu trabalho, de seu discurso: “Precisamos de uma nova tópica que articule o desejo de mudança, dotando-o da força que impulsionava a tópica revolucionária das décadas passadas. Mas também seria preciso encontrar a fonte desse desejo (SARLO, 1997, p. 155). Daí o risco assumido a que todo intelectual deve se lançar, bem marcado pela defesa de Sarlo por um “partidarismo da arte”, a se estabelecer no olhar rumo ao passado e que permita reconstruções de caminhos:

Talvez o pior que possa nos acontecer, no entanto, seja ficarmos petrificados na contemplação de nosso passado, quer sob a forma do movimento revolucionário derrotado, ou do monstruoso equívoco do qual nada se pode tirar. Quer dizer,

contemplar o passado como se fosse um futuro desejável ou como erro absoluto. Ambas as perspectivas transformam-nos em sujeitos inexplicáveis e, ao mesmo tempo, ocluem a possibilidade de reconstruímo-nos como intelectuais públicos (SARLO, 1997, p. 150).

Em um longo ensaio, intitulado “O lugar da arte” (SARLO, 2006), a crítica argentina retoma a ideia de uma forte “tomada de partido”, o que, em matéria de arte “pode tornar evidente para muitas pessoas a significação densa (a mais densa das significações na sociedade contemporânea) do fato estético: mesmo reconhecendo-se que instituir valores para a eternidade é uma ilusão” (SARLO, 2005, p. 158). A nostalgia de um regresso ao passado é, em suma, um dos pontos cruciais da crítica de Sarlo, já que, não podendo haver tal retorno, não será a contemplação estéril, nem o niilismo absoluto que nos farão caminhar para frente:

Nestas três dimensões (a da arte, a da ação pública e da ética), o pensamento crítico não prioriza nada. Não há dúvida de que ele deveria encontrar recursos para resistir ao juízo banal de que entre a hegemonia e a insignificância não há a virtualidade de um espaço (SARLO, 2005, p. 215).

A emergência dessas questões, no passado recente da teoria nos legou o pensamento de Edward Said. Desde *Orientalism* (1979), Said estabeleceu com rara coerência nas bases teóricas de seu pensamento: a distinção entre conhecimento puro e conhecimento político; a questão metodológica; e a dimensão pessoal, ou seja, o papel do intelectual no processo de construção crítica.¹

Said combate a ideia liberal, oriunda da primeira distinção, entre conhecimento puro e conhecimento político, defendendo a noção de que, ao se sugerir o conhecimento puro como algo não-político, acabamos por obscurecer as circunstâncias políticas circunscritas ao momento em que tal conhecimento foi produzido. Daí que o orientalismo não se encaixa necessariamente na definição de matéria política ou subjetiva; nem na definição ampla de uma coleção de textos sobre o Oriente; ou mesmo na panfletária acusação a certo “ocidentalismo” dominante na visão acerca do Oriente: *Orientalism* refere-se à distribuição de consciência geopolítica nos campos da estética, da política, economia, história, filologia, ampliando-se

¹ Essas relações darão forma às reflexões propostas na obra *The world, the text and the critic* (1983). Também a relação entre o intelectual e a sociedade, marcantes nas palestras de *Representations of the intellectual* (1996) já aparecem em *Orientalism*, especialmente na alusão a Gramsci como modelo de intelectual representativo (Cf. SAID, 1979, p. 25-26).

para áreas as mais diversas como as da análise psicológica e da reconstrução filológica (SAID, 1973, p. 12).

Said retoma, então, a questão da representação em uma série de textos e discursos desses campos diversos, em que o Oriente passa a ser compreendido e descrito, não somente ou não apenas, como uma invenção, mas produto de uma exterioridade, tão incompleta, quase sempre, quanto falsa.

Ao refletir sobre o modo como se processa construção de uma ideia equivocada, Benedict Anderson pensará a noção de “comunidade imaginada”. Imaginada, porque mesmo os membros de nações minúsculas jamais conhecerão todos os seus compatriotas; nem mesmo os encontrarão e ouvirão e, no entanto, em cada um desses membros viverá “a imagem de sua comunidade” (ANDERSON, 2006, p. 6); comunidade, porque os membros dessa entidade chamada nação se veem em meio a uma fraternidade que lhes compele a morrer e matar por limites imaginários, sejam eles geográficos, culturais, de religião ou de língua. Mapear esses fenômenos e as raízes da ideia de nação e nacionalismo é o trabalho a que Anderson se propõe executar, e ele reconhece que, a despeito de uma suposta unidade do conceito de comunidade imaginada, as particularidades de cada local estudado devem ser respeitadas.² A eclosão dessas ideias devem muito ao pioneirismo de Said (lembramos que *Orientalism* surge em 1978). As concepções e métodos de Said também se revelam mais abrangentes, pois abarcam sujeito, método e conhecimento, em uma relação dialógica.

Quanto ao método, Said é explícito em relação à posição do intelectual, suas escolhas e seu lugar de fala: “there is not simply the problem of finding a point of departure, or problematic, but also the questions of designating which texts, authors and periods are the ones best suited for study” (SAID, 1979, p. 16).³

Sobre a questão da dimensão pessoal, Said retoma a discussão do papel do intelectual no processo de construção de novas identidades, novos discursos e lugares de fala: “One task of the intellectual is the effort to break down the stereotypes and reductive categories that are so

² A esse respeito, devemos destacar a reparação de Anderson sobre o caso brasileiro. Na mais recente edição de *Imagined communities* (2006), Anderson visa a reparar um problema da edição anterior, que não explicaria, segundo ele, satisfatoriamente o porquê de o nacionalismo no Brasil ter se desenvolvido tardiamente em relação a outros países latinoamericanos.

³ “(...) não há simplesmente o problema de encontrar um ponto de partida ou uma problemática, mas também a questão de se designar quais textos, autores e períodos são os que mais se adéquam ao estudo” (nossa tradução).

limiting to human thought and communication” (SAID, 1996, p. xi).⁴ Said toma dois tipos de intelectuais e suas concepções como modelos de discussão: Julien Benda e Antonio Gramsci. Julien Benda define o intelectual como uma espécie de rei-filósofo, superdotado, consciência da humanidade. Os intelectuais seriam uma categoria de *clérigos* opondo-se a laicos. Já Gramsci definiu o intelectual como alguém que preenche uma série de *funções* na sociedade. Enquanto o reino dos intelectuais de Benda pertence a um ‘outro mundo’, o de Gramsci finca os pés na terra. À distinção entre a concepção de Benda – intelectual como reserva crítica a pairar sobre as consciências laicas – e a de Gramsci – o de intelectual orgânico, Said propõe o intelectual diaspórico, exilado e marginal, um amador, que se coloca em um lugar no qual possa falar a verdade ao poder (SAID, 1996, p. xvi).

A identidade do intelectual, segundo Said, será concebida como a resultante do próprio pensamento crítico, sendo este circunscrito, mas não somente, ao sujeito pensante. Para tanto, é a noção de identidade *tout court* que se estabelecerá como fundamental. Em *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios* (2003, p. 218), Said nos mostra que a noção de identidade é composta por dois elementos: a não-contradição, ou contradição resolvida; e a temporalidade como essência da estrutura constituinte da identidade. Para Said, é na temporalidade que uma identidade se desenvolve. Por isso, afirma, lemos biografias: “não para desconstruir, mas para solidificar a identidade” (SAID, 2003, p. 18).

A questão da identidade estaria, assim, ligada ao modo da temporalidade que, hodiernamente, se estrutura por meio de fenômenos específicos: “uma nova consciência geográfica de um mundo descentrado ou multicentrado”; um mundo “complicado pela nova e difícil mobilidade das migrações, por novos Estados independentes, novas culturas que emergem e desabroçam”, que faz com que “um especialista em literatura indiana ou árabe não olhe para a literatura ocidental como se o centro fosse a Europa, mas que sua ótica precise também incluir a Índia, o Egito ou a Síria, além da Europa e da América” (SAID, 2003, p. 226).

Decorre daí o duplo desafio: de se pensar a modernidade e o passado sob a égide de um mundo móvel, cujo descentramento implica discutir a questão das formas identitárias sob prismas renovados. Não se trataria, somente, conforme vimos com Sarlo, de uma opção pelo partidarismo estético, mas de uma necessidade inscrita na própria temporalidade, nas

⁴ “Uma tarefa do intelectual é o esforço para destruir os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação” (nossa tradução).

condições que se apresentam hoje como propulsoras do pensamento acerca da identidade. Se a memória se desloca incessantemente em uma sociedade midiática em que a ênfase no instantâneo nos faz duvidar da outrora crença na solidez do passado, os efeitos desses deslocamentos na literatura e nas artes em geral são a matéria que forma o caráter ao mesmo tempo diaspórico e gregário de certa ficção, por exemplo. Portanto, ler contemporaneamente significa “ler de uma forma marcada”, isto é, ler a partir da compreensão de certos locais, conforme nos mostrou Said, e de certas escolhas, sem desconhecer, como Sarlo apontou, a necessidade de uma posição mediana, de mediação.

Para os estudos contemporâneos, em especial os de cunho comparatista, as relações entre o saber literário e os outros saberes são especialmente complexas. As fronteiras e os limites contidos no saber literário, em suas relações com as teorias disponíveis não deixam de estar circunscritos à antiga oposição entre correntes textualistas e as influências do contexto. Na chamada pós-modernidade, a produção ficcional alimenta o debate – conforme vimos, através da análise das obras de Said, Sarlo e Anderson, por exemplo – acerca dos processos de identidade, memória, narração, reflexão e nação na medida em que se apresenta por meio de uma gama de narrativas nas quais texto e contexto distendem permanentemente o campo de análise e reflexão sobre a função da literatura.

Tomando um exemplo breve, no caso do escritor brasileiro Bernardo Carvalho, em *O sol se põe em São Paulo* (2007), observamos uma relação de produção de conhecimento e sentidos bastante profícua entre história, teoria e saber literário; ao mesmo tempo, as questões da *destinerrância* e da diáspora apontam para o desejo de revelar não somente os estratagemas ideológicos, mas também os de cunho literário, sob o abrigo do disfarce. O romance em questão diz respeito a certo tipo de *narrativa de múltiplas faces*, em que gêneros e subgêneros intercalados se imiscuem no discurso literário para fazê-lo perder-se em uma série de visões da história e do mundo. Cabe ao leitor fazer a pergunta: o que é o jogo narrativo? Em especial, o que é o jogo pós-moderno expresso e construído na narrativa de Carvalho? É possível identificar, nesse jogo, um movimento de origem, de onde se irradiam saberes a serem apanhados no presente? De que forma tais saberes se relacionam com um passado que não se deixa apreender? Como resposta possível a essas interrogações, propomos discutir a distinção entre os conceitos de afiliação e filiação (SAID, 1983, p. 124-125).

A filiação se relaciona com as categorias do impulso gerativo – a capacidade ou incapacidade de gerar descendência. Já a afiliação, estaria intimamente relacionada à

modernidade e sua necessidade incessante de gerar formas para si, sendo, portanto, um novo modo de relacionamento e ao mesmo tempo um novo sistema ou, como prefere Said, uma comunidade: “The filiative scheme belongs to the realms of nature and of “life”, whereas affiliation belongs exclusively to culture and society” (SAID, 1983, p. 20).⁵

Em relação aos textos, mais intimamente aos textos literários, diremos que trabalham incessantemente para a criação de uma “comunidade mundo-textual”.⁶ Colocamos de lado a metafísica da filiação em favor da abertura conceitual para a comunidade mundo-textual (em consonância com a noção de ‘afiliação’ proposta por Said), compreendendo o texto literário como um “conjunto de remissões”, conforme propusemos à época de nossa citada tese. O que se procurou estabelecer como modo de leitura foram as “estratégias de reenvios”, as quais darão conta do processo afiliativo na medida em que retomam a questão do que seria o *originário* no texto, sem recorrer, no entanto, ao modelo metafísico da origem. O originário se revela, ao mesmo tempo, no passado e na forma como diz “presente” (e aí nos *afiliamos* a Sarlo) no presente; não é essência, pois não estabelece com o passado uma relação de igualdade ou verdade, mas sim de afinidade. O originário não visa a resgatar um passado determinado, e não é simplesmente diferença no presente, pois carrega, em sua constituição, rastro, memória, traço, suplemento, elementos plurissignificativos, polissêmicos e, como bem conceituou Mikhail Bakhtin, polifônicos.

Voltando ao traço distintivo representado pelas correntes textualistas, lembremos que Said as critica pelo fato de que isolaram os textos das circunstâncias, dos eventos; portanto, para ele, tais correntes seriam marcadas por sua “acriticidade”.

É imperativo, a título de fechamento desse conjunto de ideias, que nos permitamos discordar da posição de Said quando afere as correntes textualistas com um diapasão único.⁷ Digamos, para início de discussão, que não podemos desconhecer a contribuição das correntes textualistas, especialmente se recorrermos ao romance já aludido, de Bernardo Carvalho, em

⁵ “O esquema de filiação pertence aos domínios da natureza e da “vida”, enquanto que a afiliação pertence exclusivamente à cultura e à sociedade” (nossa tradução)

⁶ Em nossa tese de doutorado, de 2001, propusemos a criação do conceito de “comunidade mundo-textual”, a partir de nosso contato com as ideias de Said. Publicada recentemente a tese (OLIVEIRA, 2010), tais ideias podem ser consultadas em sua amplitude (Cf. OLIVEIRA, 2010, p. 111-224).

⁷ A crítica a essas ideias defendidas por Said não é o objetivo deste ensaio, neste momento específico. Na segunda parte de nosso trabalho, que esperamos publicar em breve, aprofundaremos o assunto.

que as correntes textualistas têm condições de dar respostas bastante adequadas a certos questionamentos propostos nesta narrativa.

A trama detetivesca de *O sol se põe em São Paulo* cumpre um traçado no horizonte da pós-modernidade: levar o enigma para o centro da narrativa. Esta mirada está longe de representar toda a complexidade e todo o alcance representados na obra, obviamente. Tal alcance se circunscreve nas inúmeras relações que a narrativa estabelece entre o mundo representado e o mundo real. Por isso, o trabalho com a linguagem, o jogo intertextual, intradiscursivo e interdiscursivo que estão na base da reflexão autoconsciente desta narrativa propõem a recuperação histórica para desmistificá-la. Também por meio do trabalho textual, pela reflexão literária que não demite os outros saberes é que o texto de Carvalho ousa discordar do que Perry Anderson apontara como a incapacidade dos estudos literários para explicar seus padrões variáveis de investigação em termos de seus próprios conceitos (ANDERSON, 2004, p. 149).

A ficção autorreflexiva de Bernardo Carvalho – dentre tantos outros contemporâneos – nos mostra o quanto a crítica deixa de lado (ou não as incorpora de forma mais eficiente e programática) importantes reflexões decorrentes de leituras nutridas pelo próprio texto, e que poderiam fazê-lo vibrar no conjunto dos saberes, por conta de uma *Paidéia* renovada, em que se divisaria um horizonte de saber acerca do mundo particular, rico de expressões e que é configurado pela ficção:

Se o reconhecimento nunca vinha das obras, mas das circunstâncias históricas e sociais em que elas surgiam, toda crítica era uma farsa mais ou menos míope em que a obra servia ou de ilustração para um contexto prévio ou como justificção para estados de espírito criados por aquelas mesmas circunstâncias. Era isso que chamavam o lugar e a hora certa. Irritava a ideia de que o homem só pudesse ver o que ele já estava preparado para enxergar, que o futuro fosse sempre uma projeção do passado. E que não pudesse haver oferta sem demanda, nem em literatura nem nas artes. (...) Assim como as obras não poderiam estar separadas dos contextos em que eram criadas, assim como não podiam escapar do presente, nós também não (CARVALHO, 2007, p. 10).

Talvez a ideia de um distanciamento médio, a que Sarlo aludiu, seja exatamente o que na ficção de Carvalho se apresenta como proposta de leitura crítica. Para sua literatura, a verdade ou inexistente ou se configura apenas como uma vontade de (se) pensar a dissipação dos paradigmas solidificados. Por isso, romances como os de Carvalho propõem deslocamentos, trânsito, distopias, atopias: neles, a verdade, caso exista, reside alhures, é inapelável ou

inapreensível. Daí a proposição de Nestor García Canclini de que sejam criadas ciências sociais nômades, capazes de circular entre vários planos, ou, melhor ainda, capazes de redesenhar os níveis e camadas do prédio da modernidade, conectando horizontalmente seus andares.

Canclini defende “estratégias de entradas e saídas da modernidade”, em que as tentativas de renovação reportem ao cruzamento de fronteiras e legados. Para Canclini, as ciências sociais contribuem para dificultar o processo de conciliação do homem com a cidade moderna, já que se pautam por estratégias diferenciadas e que nem sempre se articulam para formar novos saberes. O antropólogo chega à cidade a pé; o sociólogo, de carro e através da autoestrada principal; o especialista em comunicação chega de avião; já o historiador, não entra e sim sai da cidade, “moving from its old center toward the contemporary margins. But the current center of the city is no longer in the past” (CANCLINI, 1995, p. 4).⁸

Canclini está de acordo com Sarlo, Said e Anderson, dentre outros, de que o problema da arte não é somente uma questão estética. Esta se articula na interseção entre jornalistas, críticos, historiadores, colecionadores, museólogos e especuladores. Da mesma forma, o popular não pode ser definido por uma essência *a priori*, mas por estratégias diversas e instáveis, nas quais os subalternos constroem suas posições (CANCLINI, 1995, p. 5-6). Para países, como México e Brasil, em que não houve modernidade avançada, ou seja, seguida de industrialização sólida e avanços tecnológicos conjugados a ordenamentos sociais, políticos e econômicos estruturados (daí nossa sucessiva história de golpes e governos autoritários), nosso processo modernizador se estrutura sob uma máscara, um simulacro dos processos estabelecidos em países hegemônicos.

Uma das conquistas da relativização pós-moderna, diz Canclini, é a indiferenciação entre o culto, o popular e a cultura de massa: “the study of the heterogeneous and hybrid cultural bases of that power can bring us to a somewhat better understanding of the oblique pathways, full of transactions, in which those forces come into play” (CANCLINI, 1995, p. 11).⁹ As questões, para Canclini são: entrar ou sair da cidade/modernidade; onde investir; e como investir.

⁸ “(...) movendo-se do seu centro velho para as margens contemporâneas. Entretanto, o atual centro da cidade não se aloca mais no passado” (nossa tradução).

⁹ “O estudo das bases culturais heterogêneas e híbridas daquele poder nos dará, talvez, uma melhor compreensão dos caminhos oblíquos, repletos de transações, nos quais aquelas forças entram em jogo” (nossa tradução).

A arte responde a essas indagações por meio de seus artistas, os quais são denominados contemporaneamente por Canclini (1995, p. 277) “artistas da ubiquidade”. São eles, com seus projetos e obras, que colidem com os mercados simbólicos, paradoxalmente deles participando, em uma espécie de contradição positiva na qual os processos de deslocamento evidenciam as estratégias de entrada e saída dos diversos níveis e andares do prédio moderno. É a estratégia de ser “radical without being fundamentalist”, ou seja, radical sem ser fundamentalista (CANCLINI, 1995, p. 281).

Conclusão

As forças críticas que trouxemos ao debate estimulam a Teoria Literária no sentido de uma revisão de seus postulados, mas também implicam dizer que, na base da crítica contemporânea o real se refunda solidamente, acompanhando o que na literatura, especialmente na ficção, se consagra como ficcionalização da realidade, não mais nos moldes do velho realismo, mas sob as aporias contemporâneas que conclamam uma problematização revigorada da questão da memória e da identidade. Ambas as interrogações requerem respostas políticas e estéticas e, se o primado do político (contexto) parece ter voltado de forma hegemônica ao centro do palco contemporâneo, não podemos nos esquivar de uma reapropriação da questão do valor estético, da arte como forma de criação e não somente como reflexo do real. Estas indagações não foram, evidentemente, devidamente contempladas neste artigo. Elas, no entanto, vibram no próprio questionamento do que seja a arte, e algumas poucas alusões a romances contemporâneos comprovaram esta afirmação.

A eclosão de narrativas autobiográficas, de relatos e testemunhos biográficos, espécies de documentos de barbárie que nos dão conta de uma tentativa de recuperação de uma memória pisada, obliterada ou perdida na história, ao lado de formas de ficcionalização que se apresentam na contemporaneidade, com sua ostensiva vontade de apagar as fronteiras entre o documental e o inventado, nos dão conta do que Canclini conceitua como *hibridismo*.

Entretanto, para a análise mais rigorosa do caso brasileiro, é preciso que questionemos as condições de validade de tais teorias. Como o próprio Benedict Anderson acentuou, a situação do Brasil demandou uma ampliação de sua obra, em uma nova edição, visto que as particularidades daqui não puderam ser analisadas conforme o diapasão utilizado em relação à história hispanoamericana.

Conforme defende Boaventura de Sousa Santos, as especificidades do colonialismo português requerem conceitos próprios. Trata-se de um colonialismo subalterno, “ele próprio “colonizado” em sua condição semiperiférica, que não é facilmente entendido à luz das teorias que hoje dominam o pensamento pós-colonial nos países centrais, um pensamento baseado no colonialismo hegemônico” (SANTOS, 2004, p. 11). Santos investe no conceito de “interidentidade” para dar conta dos complexos fenômenos em que se combinam traços de colonizador e de colonizado.

Daí que, originalmente, conforme Santos nos mostra, no caso brasileiro é preciso colocar no centro do debate não somente as condições econômicas, históricas e políticas, mas também estabelecer um diálogo com fenômenos típicos de nosso processo de colonização. A ambivalência e a hibridação da cor da pele é, sem dúvida, um desses entretextos visíveis: “A miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista, mas certamente é a causa de um racismo de tipo diferente (SANTOS, 2004, p. 18). Esse racismo é marcado pela discriminação sexual, o que requer uma articulação crítica com o feminismo, já que na base desta miscigenação são estabelecidas regras em que se misturam o homem branco e a mulher negra, mas quase nunca a mulher branca e o homem negro. O caso do mulato como marca de um processo de hibridação, configurando-se, ao mesmo tempo, como corpo e zona corporal, diz respeito à “disjunção da diferença” proposta por Santos: “conjunções ou cumplicidades insuspeitas entre o colonizador e o colonizado” (SANTOS, 2004, p. 19).

No caso do Brasil, Santos dirá que “a identidade do colonizado foi construída, em alguns períodos pelo menos, a partir de um *duplo outro*: o outro do colonizador direto português e o outro do colonizador indireto britânico”, caso em que essa duplicidade instaurou uma fratura, até hoje “tema de um debate que divide os brasileiros entre os que se sentem vergados pelo excesso de passado e os que se sentem vergados pelo excesso de futuro” (SANTOS, 2004, p. 21).

Para Santos, o caso de nossa independência parece singular, já que é um caso extremo de conservadorismo oligárquico, processo liderado por um “Próspero incompetente, relutante, originariamente híbrido” (SANTOS, 2004, p. 22).

Este “excesso de passado” em contraposição a um “excesso de futuro” é um elemento de reflexão importante e diz muito, ainda, sobre o processo claudicante de modernização a que foi submetido o país. Ao extremamente novo e que aponta para o futuro, deparamos o

extremamente atrasado, remetendo a um passado de mazelas coloniais, irresoluto, irreduzível e ainda não resolvido, conforme atestam os índices precários de nossa modernização incoerente. Abstraindo várias e importantes implicações decorrentes das reflexões de Santos, as quais serão investigadas detidamente em momento posterior, diremos que, com relação à produção cultural, mais especificamente no caso da literatura, a contemporaneidade encena, na *indecidibilidade* do colonialismo português, a própria *indecidibilidade* de nosso projeto de nação.

Nas narrativas globalizadas, em trânsito, como as de Bernardo Carvalho, e na prosa mais gregária de um Milton Hatoum, reconhecemos uma série de outras narrativas, menos hegemônicas no que toca a sua expressão midiática, porém igualmente relevantes quando se trata de discutir as questões urgentes da Teoria hoje: subalternidade, hegemonia, identidade, memória, nacionalismo, pertencimento, diáspora, fronteiras, hibridização, localismo e cosmopolitismo.

São esses os temas que ancoram no porto crítico da Teoria Literária. São esses os temas que marcam o conjunto de críticos aqui trazidos e que retornarão, em nossa investigação, sob prismas mais abrangentes e sob ótica renovada. A esse desafio nos lançamos todos os que, como dissemos no início dessa reflexão, pretendemos provocar o pensamento, trazê-lo à voz e, se possível, fazê-lo surgir na voz dos que se encontram sob as contradições e *indecidibilidades* resultantes de uma modernidade esquizofrênica, à qual a Teoria precisa refletir para, ou desconstruir, ou apontar caminhos, pavimentando as vias expressas da reflexão.

Referências bibliográficas:

ANDERSON, Perry. Modernity and revolution. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Eds.). *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1988, p. 317-338.

----- . *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

----- . *Considerações sobre o marxismo ocidental. Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 7. ed. London & New York: Verso, 2006.

CANCLINI, Nestor García. *Hybrid cultures: strategies for entering and leaving modernity*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1995.

CARVALHO, Bernardo. *O filho da mãe*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

----- *O sol se põe em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. Imigrantes: a representação da identidade cultural em *Relato de um certo Oriente e Amrik*. In: *Protocolos críticos*. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008, p. 177-191.

CULLER, Jonathan. *Grounds of comparison: around the work of Benedict Anderson*. New York & London: Routledge, 2003.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HATOUM, Milton. *Cinzas do Norte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

OLIVEIRA, Paulo César Silva de. *Poética da distensão: entre a transcrição da paisagem e a escritura do caminho*. Manaus: Muiraquitã, 2010.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Texto, crítica, escritura*. 3. ed. São Paulo: Martins, 2005.

----- *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Vintage Books, 1979.

----- *The world, the text and the critic*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1983.

----- *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

----- *Representations of the intellectual: The 1993 Reith Lectures*. New York: Vintage Books, 1996.

----- *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004, p. 10-73.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

----- *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

----- *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

----- *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Death of a discipline*. New York: Columbia University Press, 2003.

----- *Conversations with Gayatri Chakravorty Spivak*. Oxford, New York & Calcutta: Seagull Books, 2006.

----- *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Recebido em 14 de outubro de 2010. Aprovado em 18 de outubro de 2010.